

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

8 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.



2611085845

Despacho n.º 3591/2008

Organismo de verificação metroológica de reservatórios de Cisternas Transportadoras, Rodoviárias e Ferroviárias

1 — Através da Portaria n.º 954/92, de 3 de Outubro, foi publicado o regulamento das Cisternas Transportadoras, Rodoviárias e Ferroviárias.

2 — Verifica-se a necessidade de descentralizar a realização das operações de controlo metroológico envolvidas, por forma a simplificar os procedimentos administrativos, sem prejuízo do necessário rigor metroológico.

3 — Assim, para efeitos de aplicação da Portaria n.º 954/92, de 3 de Outubro, e nos termos da alínea c), do ponto 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, determino:

a) É reconhecida a qualificação à empresa Gismetra — Gabinete de Estudos de Metrologia, L.da, com sede na Rua Carlos Mardel, n.º 107, 1.º C, 1900-120 Lisboa, e instalações na Rua Manuel dos Santos, n.º 21-B, 1900-317 Lisboa, para a execução das operações de verificação metroológica de Cisternas Transportadoras, Rodoviárias e Ferroviárias;

b) A referida empresa colocará, nos termos da legislação em vigor, a respectiva marca própria, anexa ao presente despacho, bem como o símbolo da operação de controlo metroológico, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento atrás referido;

c) Das operações envolvidas, serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metroológico, nos termos da Lei;

d) Mensalmente deverá a empresa enviar ao IPQ uma relação dos instrumentos que forem verificados, assim como efectuar o pagamento dos montantes correspondentes às operações de controlo metroológico realizadas, até ao dia 10 do mês seguinte, mediante cheque endossado ao Instituto Português da Qualidade, remetido ao Serviço de Metrologia Legal, Rua António Gião, n.º 2, 2825-513 Caparica;

e) O valor da taxa aplicável às operações prevista no regulamento acima referido, será definido por despacho e revisto anualmente.

4 — O presente despacho é válido até 31 de Dezembro de 2010 e substitui o Despacho n.º 27 212/2004 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 2004.

24 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.



2611085600

Rectificação n.º 240/2008

Rectifica o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.24.07.6.63

No certificado de reconhecimento de qualificação de Instalador de Tacógrafos n.º 101.24.07.6.63 da empresa CIMPOMÓVEL — Veículos Pesados, S. A., publicado no *Diário da República* n.º 146, 2.ª série, de 31 de Julho de 2007, a denominação social passa a ser a seguinte:

SCANIA CIMPOMÓVEL, S. A.

sendo também alterada a marca de selagem, mantendo-se as demais disposições do anteriormente publicado.

16 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.



2611085607

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete de Planeamento e Políticas

Direcção de Serviços de Sistemas de Informação e Gestão

Despacho n.º 3592/2008

Por despacho de 14.01.2008 da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas, Teresa Maria Azevedo de Avelar, é nomeada Directora de Serviços de Ambiente e Ordenamento do Espaço Rural, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, dado a sua relevante experiência profissional, grande sentido crítico e de inovação e motivação para o cargo.

- Nome: Teresa Maria Azevedo Avelar

- Data e local de nascimento: 01-09-52, Lisboa

- Habilitações literárias: Licenciada em engenharia agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1974, com média final de 15 valores

- Formação complementar: estágio curricular e Cursos de pós-graduação do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, 11th International Course on Irrigation — Israel, Curso “Agriculture Durable” no Instituto Agronómico Mediterrânico de Sarragoça, e diversas acções de formação sobre desenvolvimento da PAC e capacitação negocial.

- Actividade Profissional:

Instituto Superior de Agronomia:

Monitora das cadeiras de Culturas Arvenses e de Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas (1973/1975) — Regência Professor Doutor Ário Lobo de Azevedo

Assistente da Cadeira de Hidráulica Geral e Agrícola no ISA (1976-78) — Regência Prof. Doutor Varennes e Mendonça

Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola: Técnica de Hidráulica Agrícola e Hidrologia em diversos projectos de desenvolvimento agrícola, nomeadamente “Projecto do Mondego” (1978-1988).

Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura: equipa de coordenação nacional do PEDAP, Chefe da Divisão de Aplicação da Regulamentação Específica e da Divisão de Medidas Complementares do Investimento na Exploração Agrícola e de Protecção do Meio Ambiente, na DGPA, participando nas negociações de criação das medidas agro-ambientais e de apoio à florestação de terras agrícolas no âmbito da reforma da PAC de 1992 (1988 — 1991)

Gabinete dos Assuntos Agrícolas Comunitários: Coordenação da intervenção sectorial na área da política comunitária de estruturas e desenvolvimento rural e a sua interligação com as políticas ambientais (1991-93)

Secretaria Geral: Chefe de Divisão de Política Agrícola Comunitária e Directora de Serviços de Relações Internacionais (1993 — 1997)

Auditora de Ambiente do MADRP: apoio ao Ministro da tutela na coordenação da intervenção sectorial em matéria de ambiente, dinamização da integração das preocupações ambientais nas políticas sectoriais (definição de exigências de eco-condicionalidade dos apoios públicos sectoriais, preparação da programação dos apoios do FEADER para 2007-2013), articulação com o Ministério responsável pela área do Ambiente, acompanhamento da política comunitária, presidindo a grupos do conselho na presidência portuguesa da EU em 2000, articulação da intervenção do ministério em processos horizontais de coordenação interministerial, nomeadamente, grupo de trabalho agro-ambiental, alterações climáticas, plano sectorial da Rede Natura, PROT-AML, estratégia nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, representando o ministério nas respectivas estruturas interministeriais (1997-2007)

Representante nacional no Grupo Misto Agricultura/Ambiente, da OCDE, desde 1993.

14 de Janeiro de 2008. — A Directora de Sistemas de Informação e Gestão, *Maria Del Carmen Pastor*.

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 3593/2008

Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis e Maria Alexandra de Araújo Viegas Abreu Ferreira Lima, assistentes de investigação deste Instituto, com contrato administrativo de provimento, nomeados definitivamente investigadores auxiliares do quadro de pessoal do ex-INIA, nos termos do disposto nos art.ºs 7.º e 12.º do D.L. n.º 219/92 de 15 de Outubro, conjugados com o artigo 62.º do D.L. n.º 124/99 de 20 de Abril, com efeitos a 26/07/2007 e 26/10/2007, respectivamente.

(Isento de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)

10 de Janeiro de 2008. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 3594/2008

Maria Esmeralda Severo Carvalho, Assessora Principal, requisitada por mais um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2008.

18 de Janeiro de 2008. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Despacho (extracto) n.º 3595/2008

Graciete Oliveira Mestre Santos, Assistente Administrativa Especialista, requisitada por mais um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, ao abrigo de Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2008.

18 de Janeiro de 2008. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 3596/2008

Para além da avaliação genérica prevista na Base XXX da lei de Bases da Saúde aprovada pela Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto e na alínea c) do

n.º 1 do artigo 10.º do regime jurídico da gestão hospitalar aprovado em anexo à Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, que aprova o novo regime jurídico da gestão hospitalar e procede à primeira alteração da lei de Bases da Saúde.

Dispõe também o artigo 6.º do estatuto do gestor público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que o desempenho das funções de gestão deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados ou decorrentes do contrato de gestão.

O Ministério da Saúde está a desenhar um modelo de avaliação dos titulares dos conselhos de administração dos hospitais que importa agora testar e afinar, com vista à sua aplicação aos hospitais E. P. E.

Assim, determino:

1 — É criada, na minha dependência directa, a Comissão de Estudo para a Avaliação dos Conselhos de Administração dos Hospitais, E. P. E., com a seguinte composição:

a) António da Silva Dias Alves, administrador hospitalar, assessor do SES, que coordenará os trabalhos da comissão;

b) Fernando Manuel Ferreira Araújo, médico, vice-presidente da ARSN;

c) José Carlos Caiado, gestor, vogal do CA da ACSS;

d) José António Meneses Correia, administrador hospitalar aposentado;

e) Carlos Filipe Pinto Leite Gonçalves Basto, médico internista no Hospital de São João;

f) Manuela Mota Pinto, administradora hospitalar, Hospital Pediátrico de Coimbra

2 — A Comissão será apoiada por uma Universidade a contratar, a qual, na sequência dos estudos já desenvolvidos no Ministério da Saúde, tem por missão preparar o arranque em 2008, da avaliação dos conselhos de administração dos hospitais E. P. E.

3 — A Comissão fica responsável pelas seguintes tarefas, a concretizar, até 30 de Abril de 2008:

a) Efectuar pré-teste do modelo de avaliação com base em informação histórica e num número limitado de hospitais;

b) Proceder à afinação final do modelo de avaliação, a usar em 2008, e propor as acções de formação e de divulgação que se justifiquem;

c) Definir o conteúdo tipo do contrato de gestão para 2008 e dos respectivos instrumentos de recolha, acompanhamento e difusão;

d) Propor as modificações que entenda necessárias nos sistemas de informação, de análise e acompanhamento.

e) As entidades que integram o Serviço Nacional de Saúde prestarão à comissão toda a colaboração necessária ao bom desempenho da missão enunciada.

4 — Todas as despesas necessárias ao funcionamento da comissão serão suportadas pelos serviços de origem dos respectivos membros.

16 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Despacho n.º 3597/2008

Por despacho da vogal do conselho directivo enfermeira Isabel Oliveira da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., de 2 de Agosto de 2007, na sequência do concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares na categoria de enfermeiro especialista em enfermagem médico-cirúrgica, a que se reporta o aviso n.º 8801/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 23 Agosto de 2006, e pelo aviso n.º 1494/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 12 de Outubro de 2006, foram nomeadas definitivamente na categoria de enfermeiro especialista, da especialidade em médico cirúrgica, as profissionais constantes do despacho n.º 20153/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 4 de Setembro de 2007, tendo a candidata Dulce Maria Gonçalves desistido da nomeação do lugar do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Lousada.